

A. I. Nº - 124157.1218/12-7
AUTUADO - CASA DOS VINHOS
AUTUANTE - ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 11/06/2013

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0070-05/13

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA [VINHO ESPUMANTE NCM 220401010]. FALTA DE PAGAMENTO DO TRIBUTO. Fato demonstrado nos autos, embora com erro de cálculo do autuante. Pagamento efetuado após a autuação. Mantido o lançamento. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

No Auto de Infração lavrado em 25/11/2012, foi efetuado lançamento de ICMS e no valor total de R\$13.764,62, em razão da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária total antes da entrada em território baiano de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte descredenciado, acrescido da multa de 60%.

O impugnante apresenta informação fiscal às fls. 98/103 onde aduz que de acordo com o Decreto nº 13.780/12, art. 268, XXXVII, todas as operações internas com vinhos NCM 2204, produzidos no Brasil, a carga tributária corresponde a 12%, e apresenta cálculo à fl. 17, com ICMS devido de R\$4.840,52 e DAE à fl. 18, com recolhimento de R\$5.711,81.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 48/50 onde aduz que a impugnante admite falta de recolhimento do imposto, e não apresenta qualquer argumento em sua defesa, exceto quanto à alíquota aplicada. Que em momento algum tratou do seu descredenciamento e apresentou DAE sugerindo pagamento, que não corresponde à memória de cálculo da fl. 07. Pede pela procedência do Auto de infração.

Constam nas fls. 52/53 extratos de pagamento parcial do sistema SIGAT no valor de R\$4.840,52.

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado no trânsito de mercadorias, com termo de ocorrência à fl. 04 e DANFE à fl. 06, comprovando o ingresso nesse Estado, de espumante da marca Salton, NCM 22041090, oriundo do Estado do Rio Grande do Sul. Está comprovado pelo documento, que o fornecedor não possui inscrição estadual de substituto tributário, e a mercadoria comercializada consta do Anexo 1 do RICMS/BA 2012, estando portanto, submetida ao regime de antecipação tributária.

O impugnante admite a infração, contestando apenas o cálculo efetuado pelo autuante, que aplicou alíquota de 17% quando deveria ser aplicada a alíquota que correspondesse à carga efetiva correspondente à alíquota de 12%, por efeito do art. 268, XXXVII do RICMS/2012. Vejamos o que diz o texto do citado artigo:

Art. 268. É reduzida a base de cálculo:

XXXVII - das operações internas com vinhos da posição NCM 2204, produzidos no Brasil, de forma que a carga de ICMS corresponda a 12% (doze por cento).

Ainda de acordo com o Anexo 1 do RICMS/2012, o produto da NCM acima referido, sendo nacional e oriundo de estado não signatário de acordo interestadual, submete-se a uma MVA de 36,37%, ficando assim, o cálculo do ICMS devido:

VALOR TOTAL DA NF	48.300,00
MVA	36,37%
BASE DE CÁLCULO	65.866,71
ICMS - 12%	7.904,01
CRÉDITO ICMS ORIGEM	3.063,48
ICMS DEVIDO	4.840,53

Pelo exposto, está demonstrado nos autos que, embora o autuante tenha considerada a alíquota normal de 17%, por força de lei, deve-se levar em conta a carga tributária correspondente à alíquota de 12%, devendo portanto, ser efetuada correção que reduza o *quantum* a pagar. No caso em tela, para efeito de cálculo, não se reduziu a base, mas se efetuou a aplicação direta da alíquota de 12%, com obtenção do mesmo resultado.

Assim, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor já recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **124157.1218/12-7**, lavrado contra **CASA DOS VINHOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$4.840,53**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor já recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de maio de 2013.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO - JULGADOR